

APONTAMENTOS SOBRE A POLÍTICA DA INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL AO ENSINO MÉDIO NO PARANÁ

Eliane Cleide da Silva Czernisz - UEL¹

Isabel Francisco de Oliveira Barion - UEL/SME-LD²

Marci Batistão - UEL³

Maria das Graças Ferreira⁴

Sandra Regina de Oliveira Garcia⁵

Este trabalho apresenta dados de pesquisa desenvolvida cujo foco foi a análise da implantação da política de integração da educação profissional ao ensino médio em seis escolas estaduais do Paraná no período de 2003 a 2010. Duas delas situadas nas cidades de Londrina, duas em Curitiba, um colégio Agrícola em Toledo e um colégio Agrícola em Apucarana. Duas questões nortearam a pesquisa: Como se deu a integração entre a educação profissional e o ensino médio na rede estadual? Como as escolas organizaram o trabalho pedagógico para tal tarefa? A partir dessas questões a pesquisa foi desenvolvida tendo por base discussão bibliográfica, análise de documentos escolares e da análise de conteúdo das entrevistas. O referencial teórico utilizado discute o trabalho e as políticas para o ensino médio integrado à educação profissional. Os resultados da pesquisa demonstram que a integração ocorreu mas sua concretização também foi dificultada por questões relacionadas à organização escolar, à forma de contratação de docentes, aos tempo disponibilizado pelos docentes para o trabalho na escola, o entendimento da proposta, a formação dos docentes.

Palavras-chave: Política educacional. Educação profissional integrada. Trabalho.

Introdução

¹ Doutora em Educação pela UNESP/ Marília. Professora da Área de Política e Gestão da Educação - Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Coordenadora do projeto de pesquisa “Impactos e Perspectivas da integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Rede Pública do Estado do Paraná: o desafio da construção da política e do currículo para adolescentes e adultos”. E-mail: eczernisz@uel.br. Líder do Grupo de Pesquisa: Estado, Políticas Públicas e Gestão da Educação.

² Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. Professora da rede municipal de educação de Londrina/PR. Colaboradora do projeto de pesquisa “Impactos e Perspectivas da integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Rede Pública do Estado do Paraná: o desafio da construção da política e do currículo para adolescentes e adultos”. E-mail: isabelbarion@yahoo.com.br. Membro do Grupo de Pesquisa: Estado, Políticas Públicas e Gestão da Educação.

³ Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Londrina. Professora da Área de Política e Gestão da Educação - Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Colaboradora do projeto de pesquisa “Impactos e Perspectivas da integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Rede Pública do Estado do Paraná: o desafio da construção da política e do currículo para adolescentes e adultos”. E-mail: marci@uel.br. Membro do Grupo de Pesquisa: Estado, Políticas Públicas e Gestão da Educação.

⁴ Mestre em Educação pela UFSC. Professora da Área de Política e Gestão da Educação - Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Colaboradora do projeto de pesquisa “Impactos e Perspectivas da integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Rede Pública do Estado do Paraná: o desafio da construção da política e do currículo para adolescentes e adultos”. E-mail: mgrafer59@gmail.com. Membro do Grupo de Pesquisa: Estado, Políticas Públicas e Gestão da Educação.

⁵ Doutora em Educação pela UFPR. Professora da Área de Política e Gestão da Educação - Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Colaboradora do projeto de pesquisa “Impactos e Perspectivas da integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Rede Pública do Estado do Paraná: o desafio da construção da política e do currículo para adolescentes e adultos”. E-mail: sandragarcia@uel.br

Este texto apresenta dados de pesquisa desenvolvida cujo foco foi a análise da implantação da política de integração da educação profissional ao ensino médio em seis escolas estaduais. Duas delas situadas nas cidades de Londrina, duas em Curitiba, um colégio Agrícola em Toledo e um colégio Agrícola em Apucarana. Buscou-se com a pesquisa, responder a questão: Como se deu a integração entre a educação profissional e o ensino médio na rede estadual? Como as escolas organizaram o trabalho pedagógico para tal tarefa?

A pesquisa foi desenvolvida tendo por base discussão bibliográfica, análise de documentos escolares e da análise de conteúdo das entrevistas. Trata-se de uma política cujos pressupostos foram apresentados como intenção de romper com a dualidade entre escola de ensino médio para formação geral e escola para formação profissional, estabelecida pela política educacional desenvolvida a partir da LDBEN n. 9394/96 e pelo Decreto nº 2.208/97 que possibilitou a dissociação entre ensino médio e educação profissional.

No ano de 2003, período de governo de Roberto Requião no Estado do Paraná a Secretaria Estadual de Educação – SEED-PR encaminhou a integração entre educação profissional e ensino médio. A integração teve como base o trabalho como princípio educativo, pressuposto que iria nortear o encaminhamento da educação profissional integrada ao ensino médio. A organização do currículo teria como eixo o trabalho, a ciência e a cultura. A partir desse eixo o ensino médio seria ressignificado pois haveria uma integração entre as disciplinas do núcleo básico e do núcleo profissionalizante de modo a possibilitar aos alunos a aquisição de conhecimentos científicos relacionados à profissionalização.

Essa base sob a qual se desenvolvia o ensino médio e profissional se diferenciava da base encaminhada na política educacional do governo Lerner, cujo foco era a formação para o empreendedorismo, em escolas que voltassem seu projeto pedagógico da formação profissional para as demandas da iniciativa privada visando formar o trabalhador de que necessitavam. Nesse período em que vigorava o Decreto 2.208/97 ocorreu no país uma flexibilização da educação profissional que poderia ser feita em currículos diferenciados, modulares, blocados, em cursos básicos com curta duração, e também no nível superior tecnológico. Verifica-se que a formação nesse período se fragmenta em formas bastante distintas podendo ser formado um técnico, um tecnólogo, ou um profissional de nível básico.

Essa política é rompida com o Decreto 5154/2004, fruto de embates de educadores e sociedade civil representantes de projetos sociais distintos. No âmbito federal o Decreto promove um redirecionamento da educação profissional que passa a integrar-se com o ensino

médio, no âmbito estadual paranaense um novo governo dá um encaminhamento diferenciado para a educação profissional com base no trabalho como princípio educativo.

Esse processo chega às escolas e redimensiona o trabalho realizado a partir da redefinição do currículo, do projeto pedagógico e da organização e encaminhamento do trabalho pedagógico. São promovidos debates e cursos de formação para os professores do ensino médio e profissional visando a compreensão da proposta e o redirecionamento das escolas. Os dados são apresentados nesse texto que inicia com a discussão da política de integração.

O encaminhamento da política de integração entre educação profissional e ensino médio

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN N. 9394/96, o ensino médio passou a ter caráter geral, tornando-se parte final da educação básica. A partir de então a educação profissional recebeu um capítulo à parte e passou a ser ministrada nos níveis básico, técnico e tecnológico, de forma estanque em relação a educação básica possibilitando, então, uma nova leitura sobre suas concepções e formas de gestão.

No estado do Paraná, esta política foi concretizada com o PROEM – Programa Expansão, Inovação e Melhoria do Ensino Médio, iniciada no final do ano de 1996 no governo de Jaime Lerner, quando cessou a educação profissional e reiniciou o ensino médio propedêutico. Na rede federal ocorreu o mesmo por força do PROEP- Programa de Expansão da Educação Profissional, financiado com recursos provenientes de empréstimo do Banco Mundial, que teve como principal foco a separação entre ensino médio e educação profissional, financiando projetos da rede do Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET, Colégios Estaduais e principalmente a iniciativa privada através de escolas comunitárias.

Houve, como resultado desta política, uma grande redução numérica dos cursos profissionalizantes ministrados sob responsabilidade do estado. Os poucos cursos que ficaram em funcionamento em escolas da rede estadual foram desenvolvidos com as seguintes características: profissionais liberais que assumiram função de professores, porém sem formação docente; número reduzido de laboratórios em funcionamento por falta de equipamentos e de técnicos; cursos desenvolvidos mediante complementação financeira (dos alunos) para pagamento de material e de professores; equipes pedagógicas sem clareza dos pressupostos que embasavam os novos cursos; e oferta generalizada da educação profissional em cursos pós-médios, conforme a denominação do período em que se iniciava a reforma.

No ano de 2004, após um período intenso de discussões, houve a revogação do Decreto nº 2.208/97, o que, para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), teve origem em discussões que remetem às lutas sociais dos anos de 1980 quando havia mobilização do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, que batalhava por um sistema de ensino público, gratuito e de qualidade.

Com esta revogação é aprovado o Decreto N. 5154/2004, com o qual, na análise de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 38), se consolida “a base unitária do ensino médio, que comporta a diversidade própria da realidade brasileira, inclusive possibilitando a ampliação de seus objetivos, como a formação específica para o exercício das profissões técnicas”.

Antes mesmo do Decreto n. 5.154/2004, no governo Requião, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, respaldada pela própria LDBEN n. 9394/96, segundo a qual o ensino médio deverá ter o mínimo de três anos de duração, decidiu ofertar o ensino médio com quatro anos, sem que, com isso, ferisse a legislação. O Decreto veio respaldar a decisão já tomada pela SEED/PR. A integração indicada pelo Decreto deveria ter sido iniciada no ano de 2004 nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Espírito Santo⁶. Dos três, só o Paraná iniciou nesse ano; Santa Catarina começou em 2006 e o Espírito Santo, entre 2008 e 2009.

Segundo Garcia (2009), os documentos da SEED/PR dão a entender que a integração passa a ser a melhor forma para consolidar os conhecimentos científicos e tecnológicos em nível médio e, assim, construir uma identidade desta etapa da educação básica, rompendo com os dois modelos já existentes, ou seja, não transformar toda a educação em propedêutica ou em profissionalização. Conforme a autora, a preocupação sempre presente entre os educadores, defensores da integração, é que não incorra nos erros cometidos pela implantação da Lei nº 5.692/71, que instituiu a profissionalização do antigo 2º grau, de forma compulsória. Vale lembrar que a concepção daquele período era a lógica produtivista e mecanicista do trabalho, embalada pelo tecnicismo e pela teoria do capital humano, no qual o conhecimento geral tinha sua validade somente em sua relação direta com o conhecimento específico.

Para Garcia (2009), a profissionalização é uma possibilidade. Ela não faz defesa pura e simples da profissionalização, coloca-a como uma alternativa para o Ensino Médio que busca romper com o modelo de escola com dois direcionamentos, uma escola centrada nas práticas laborais, para trabalhadores, e outra centrada nas atividades teóricas para dirigentes.

⁶ Assunto divulgado na Revista do Ensino Médio n. 4 de 2004 – Evolução Educacional: Projeto integra ensino médio à educação profissional em três estados brasileiros. Experiências servirão de modelo para implantação da proposta no país.

De acordo com Ramos (2004, p.16), a proposta de integração da educação profissional ao ensino médio possui um significado e um desafio pois implica o compromisso de articular e integrar organicamente o trabalho como princípio educativo, à ciência e tecnologia, como síntese de toda produção humana com seu meio, e à cultura, como síntese da formação geral e específica por meio de diferentes formas de criação existentes na sociedade, com seus símbolos, representações e significados.

Na análise de Garcia (2009), a proposta de um currículo integrado em quatro anos tenta assegurar o domínio dos conhecimentos que um aluno-cidadão-trabalhador pode adquirir durante o seu itinerário cognitivo e formativo. Mas a superação da visão produtivista e mecanicista da educação e da escola somente poderá ser alcançada colocando-se o sujeito no centro da organização do trabalho educativo e pedagógico, em substituição à centralidade do mercado de trabalho.

Reforça-se que a categoria apresentada para assegurar a integração entre os diferentes níveis e modalidades é a educação básica, formação mínima necessária para todo cidadão. A educação profissional integrada à educação básica deve partir do trabalho como princípio educativo, princípio orientador das políticas e práticas pedagógicas da educação.

Segundo KUENZER (2000, p.24), a finalidade da escola unificadora da cultura e trabalho, é a formação de homens desenvolvidos multilateralmente e que sejam aptos a articular sua capacidade produtiva a capacidade de pensar, estudar, dirigir ou controlar quem dirige.

Entendemos então que se faz necessária a construção de uma proposta que supere a fragmentação, que busque a articulação entre conhecimento básico e conhecimento específico, e graças à qual se compreenda o trabalho como princípio educativo como o entende a politecnia e a educação tecnológica. Compreendemos que considerar o trabalho como princípio educativo numa sociedade capitalista não possibilitará superar a dualidade estrutural, o que exigiria a superação do próprio capitalismo, possibilitará, todavia, a construção de políticas que busquem atender às necessidades dos que vivem do trabalho, explicitando as contradições presentes nos limites e possibilidades da escola.

Kuenzer (1997) entende que a divisão nitidamente estabelecida entre funções instrumentais e intelectuais é colocada em questão pelo reconhecimento de que todos desempenham, em certa medida, funções intelectuais e instrumentais no sistema produtivo e no conjunto das relações sociais, e completa:

[...] para o capital, o ‘gorila amestrado’ não tem função a desempenhar /.../ o capital precisa, para se ampliar, de trabalhadores capazes de desempenhar sua parte no acordo social imposto pelas relações de trabalho, pelo cumprimento dos seus deveres, e ao mesmo tempo capazes de incorporar as mudanças tecnológicas, sem causar estrangulamento à produção. Para tanto, a mera educação profissional já não é suficiente. Por isso, o próprio capital reconhece que os trabalhadores em geral precisam ter acesso à cultura sob todas as formas, para o que é indispensável uma sólida educação básica (KUENZER,1997, p.37).

Para Neves (2000, p.23), defender uma escola dessa natureza, nos dias atuais, significa resgatar a dimensão política da educação, incluindo uma dimensão cidadã, o direito a uma qualificação para o trabalho compatível com a natureza técnico-política do trabalho do mundo contemporâneo.

Para os trabalhadores, não serve mais uma escola profissionalizante na perspectiva de treinamento. Assim, entende-se que a formação profissional dos trabalhadores deve ser realizada na escola unitária, no sentido gramsciano, uma escola de natureza científico-tecnológica para todos.

Parte-se da concepção de rompimento da dimensão de articulação direta com o mercado de trabalho, compreendendo-se que o homem é um ser históricossocial concreto transformador da realidade, entendendo-se, portanto, que a educação profissional não pode ser desvinculada da educação básica.

O que é explicitado na LDBEN, nº 9394/96, art.35, com relação ao ensino médio, é que este nível de ensino tem como finalidade a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, os quais possibilitam o prosseguimento dos estudos, a preparação para o trabalho, a vivência da cidadania, o aprimoramento do educando como pessoa humana e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, reafirmando-se, assim, a possibilidade da profissionalização nesta etapa de ensino.

Para avançar na superação de uma formação para os trabalhadores centrada na prática, é preciso considerar o trabalho como princípio educativo e pedagógico, é preciso ainda que no percurso educativo estejam presentes e articuladas as duas dimensões, a teoria e a prática em todos os momentos formativos.

Se, historicamente, o ensino médio tem sua identidade marcada por ser um nível intermediário, preparar para a continuidade de estudos ou para o mundo do trabalho, superar a

dualidade dessa escola tem sido um desafio constante daqueles que são comprometidos organicamente com os que vivem do trabalho. A busca por uma educação que forme o homem num sentido integral é uma luta contra-hegemônica e por isso deve ser uma luta coletiva, entendendo-se a educação como educação e não como treinamento para o mercado de trabalho. É esta a perspectiva de análise que adotamos nesta pesquisa.

Os dados obtidos nas escolas:

As escolas por sua vez, desenvolveram a proposta conforme os encaminhamentos da SEED/PR e suas condições específicas que dispunham para encaminhar a mudança. Os resultados foram analisados e dentre eles destacamos dados gerais das escolas:

- A direção das escolas assumiu papel central no processo de integração pelo fato de que a integração havia sido anunciada antes do ano em que foi aprovado o Decreto 5154/2004. A SEED-PR contou então com o apoio dos diretores para o envolvimento de cada escola.

- Todas as escolas pesquisadas encaminharam professores e membros da coordenação pedagógica para os seminários de discussão e análise dos fundamentos políticos e pedagógicos da educação profissional. Além desse aspecto pode-se considerar também que o documento específico dessa nova base foi encaminhado as instituições.

- Os entrevistados comentaram que várias reuniões de estudos e discussão foram feitas para encaminhar a proposta de integração. Também observaram que na escola foi difícil organizar a participação de todos os docentes nessa discussão pelas condições de trabalho dos mesmos, já que alguns trabalhavam apenas em uma escola e outros faziam uma composição de horário em mais de uma escola.

- Foi mencionado que um dos problemas encontrados foi a rotatividade de docentes que ingressavam na educação profissional, muitos profissionais sem formação pedagógica, outros com formação, mas não permaneciam trabalhando na escola. Além disso observa-se que nos Colégios Agrícolas a dificuldade foi de adaptação de docentes que estavam habituados a trabalhar com o ensino médio regular, o que implicava também em redirecionar seu trabalho considerando além da integração a peculiaridade da formação agrícola.

- A não compreensão da proposta de integração foi um dos obstáculos comentado pelos entrevistados. Apesar de momento de estudos a partir de um referencial teórico

disponibilizado aos docentes da rede, muitos professores prosseguiram trabalhando orientados pela separação entre os conhecimentos da base geral e os da base profissional.

- Com relação à gestão escolar ficou o desafio de reestruturar os cursos já existentes e também de criar novos cursos já que a mudança deveria partir da base, seria um curso novo. Como decorrência da implantação da política e da reorganização dos cursos a tarefa que restou aos professores foi redimensionar suas aulas de modo a rever o planejamento de aulas, o encaminhamento das avaliações, o conteúdo e a forma como ele seria trabalhado.

- Outra questão que foi levantada pelos entrevistados das escolas de Londrina foi a respeito da evasão, pois alguns alunos que iniciam o médio integrado apresentam imaturidade diante da proposta de formação e acabam por desistir do curso integrado e permutam para o médio regular. O fato do médio integrado ter uma carga horária maior do que o médio regular também contribui para o índice de desistência.

Considerações finais

O esvaziamento da essência educativa do trabalho se faz presente na sociedade contemporânea capitalista. A falta de emprego e a precarização dele tem feito com que os trabalhadores se submetam as novas regras do mercado que acabam por exigir um novo tipo de trabalhador, competente, dinâmico, flexível e polivalente. Tais exigências alteram o perfil do trabalhador bem como as configurações do mundo do trabalho, criando novas profissões e extinguindo outras. Essas mudanças interferem também na composição do currículo escolar.

Historicamente, o ensino médio foi marcado pela dualidade estrutural, entretanto se pensarmos na escola enquanto responsável pela formação do trabalhador tornou-se um meio privilegiado de convívio social e de formação humana. Portanto, pensar no papel atribuído à educação e na sua relação com o mundo do trabalho é fundamental para discutir o trabalho enquanto princípio educativo rompendo desta maneira com a lógica da formação para o mercado de trabalho.

Nas últimas duas décadas o ensino médio sofreu alterações legais significativas que nortearam inclusive a concepção de currículo e de formação do aluno trabalhador. Em relação a implantação da integração entre o ensino médio e a educação profissional, no Paraná, as mudanças aconteceram direcionadas a partir de uma nova concepção que originou numa nova proposta de formação integral.

Referências:

BRASIL. *Constituição Federal* (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1988.

_____ *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

_____ *Decreto n. 5.154*, de 23 de julho de 2004.

_____ *Decreto n. 2.208*, de 17 de abril de 1997.

BRASIL/MEC. Evolução Educacional – Projeto integra ensino médio à educação profissional em três estados brasileiros. Experiências servirão de modelo para implantação da proposta no país. In: *Revista do Ensino Médio*. Brasília, MEC, p. 6-7, 2004.

CZERNISZ, Eliane C. S. Reforma do estado e da educação a partir de 1990: orientações para o ensino médio e profissional brasileiro. In: *Revista Eletrônica Política e Gestão Educacional*. Araraquara: FCLAR, 2010. N. 08. p. 01-14.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; Ramos, Marise (Orgs.) *Ensino Médio Integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (Org). *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo, Cortez, 2002.

GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. A Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio na Rede Pública do Paraná: Avanços e desafios. Tese de Doutorado. Curitiba: UFPR, 2009.

KUENZER. Acacia Zeneida. Ensino Médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.

_____ *Ensino Médio e Educação Profissional: as políticas do Estado neoliberal.*
São Paulo: Cortez, 1997.

NEVES, Lucia Maria Wanderley. *Brasil 2000: Uma nova divisão do trabalho na educação.*
São Paulo: Ed. Xamã, 2000.

RAMOS, Marise N. O projeto unitário de ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura. In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria. *Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho.* Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.